



MUSICALIZAÇÃO PARA ALUNOS (AS) COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

Camila Iza (FASF) cami-iza@outlook.com
Paola Canteri (FASF) paolacanteri20@gmail.com
Marcos Vinicius Barszcz (FASF) Marcosviniciuspsicologo@yahoo.com.br

Resumo

Dentre o público que se caracteriza como elegível para a inclusão no contexto escolar, este estudo tem interesse específico naquele com deficiência intelectual. Mais especificamente, trata-se de investigar a musicalização como estratégia para a inclusão, observando suas potenciais contribuições o desenvolvimento, aprendizagem e socialização. Assim, o objetivo geral deste estudo é investigar as contribuições da musicalização no processo de aprendizagem, desenvolvimento e socialização de aluno de inclusão com deficiência intelectual. Exploratório e qualitativo, foi realizado um estudo de campo, sendo os dados coletados por meio de questionários com perguntas abertas aplicadas em quatro professoras de musicalização que atuam na rede privada de ensino no município de Ponta Grossa, PR. Pode-se observar que música atua como método inclusivo para as crianças com deficiência intelectual, auxiliando-a em ocasiões em sua vida e em seu desenvolvimento motor. Assim, com vários métodos é possível trazer à criança com deficiência intelectual muitos benefícios que a música tem, podendo também tratar essa arte como meio de comunicação dessa criança, pois ela vai se expressar muito mais através da música, assim como qualquer outra criança sem nenhuma deficiência.

Palavras-chave:Inclusão; Deficiência Intelectual; Musicalização.

MUSICALIZATION FOR STUDENTS' INTELLECTUAL DISABILITIES

Abstract

Among the public that is characterized as eligible for inclusion in the school context, this study is of specific interest to those with intellectual disabilities. More specifically, it is about investigating musicalization as a strategy for inclusion, observing its potential contributions to development, learning and socialization. Thus, the general objective of this study is to investigate the contributions of musicalization in the learning, development and socialization process of inclusion students with intellectual disabilities. Exploratory and qualitative, a field study was carried out, with data collected through questionnaires with open questions applied to four music teachers who work in the private school system in the city of Ponta Grossa PR. It can be seen that music acts as an inclusive method for children with intellectual disabilities, helping them at times in their lives and in their motor development. Thus, with various methods, it is possible to bring children with intellectual disabilities many benefits that music has, and they can also treat this art as a means of communication for this child, as they will express themselves much more through music, just like any other child without any deficiency.

Keywords: Inclusion; Intellectual disability; Musicalization.

1 Introdução

O presente artigo abordou o tema do ensino da musicalização para os alunos com deficiência intelectual, discutindo as contribuições que o trabalho com a música pode lhes proporcionar no que se refere à aprendizagem, o desenvolvimento e socialização. Entretanto, a inclusão é um ato de acolher diferentes pessoas dentro de uma sociedade, pois com o decorrer do tempo a inclusão se tornou uma provocação, tendo o objetivo de melhorar o ensino na escola, incluindo assim, todos os alunos independente de suas dificuldades. De acordo com Barth (2000, p.111) “cultura são representações coletivas: a linguagem, as categorias, os símbolos, os rituais e as instituições que sustentam o modo como agem e como reagem”.

Portanto é necessário que haja inclusão independente da cultura de cada indivíduo, pois cada pessoa possui sua linguagem, hábitos e costumes, com isso o papel da sociedade é acolhê-los sob o princípio da igualdade. Podemos destacar que os públicos que se inserem na inclusão são: os indígenas, os imigrantes e os sujeitos com determinados transtornos mentais, como a deficiência intelectual.

Considerando que a inclusão pode se referir a diferentes públicos, a investigação se concentrou especificamente naquele com deficiência intelectual, de modo a explorar as contribuições da musicalização enquanto estratégia de ensino e interação.

A deficiência intelectual (D.I.) por muito tempo, foi vista como doença e como retardo mental, porém o termo correto a ser usado é “deficiência”, pois nada mais é que uma perda ou anormalidade de uma função do corpo.

A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 103).

Portanto, a D.I. é caracterizada como uma limitação no funcionamento intelectual e consequentemente esse funcionamento se torna inferior à média, porém o diagnóstico dessa deficiência necessita de médicos especializados. Para que haja procura de especialistas, é porque a criança apresenta sintomas, assim sendo, causados muitas vezes por dificuldade de aprendizagem, falta de interação com a família e colegas, dificuldade de coordenação motora e concentração, e ainda há algumas crianças que já nascem com algumas características físicas diferenciadas.

O processo de inclusão não está presente somente na sociedade e na política, mas também no movimento educacional, pois busca defender todos os direitos da pessoa com deficiência intelectual, priorizando suas potencialidades e inserindo-o na sociedade. A inclusão constitui um direito fundamental e, enquanto tal, não pode ser negada a nenhum grupo social.

O processo de inclusão, entretanto, não é facilmente alcançado apenas pela instauração de uma lei. Tampouco pode ser concluído rapidamente. Exige a adoção de uma séria de medidas gradativas de reformulação do ensino que começa pelos já citados currículos, métodos e capacitação dos professores e vai além. O atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino exige dos seus profissionais conhecimentos produzidos em diferentes áreas (psicologia, medicina, pedagogia, arquitetura, etc.) para gerar um saber interdisciplinar. (VARELA, 1994, apud Pan, 2008, p. 140)

Portanto, toda criança tem o direito de estudar e estar inserido na sociedade, pois a educação é um direito de todos e é relevante para o desenvolvimento da criança, independente de suas dificuldades e limitações. E, dentre os meios possíveis para auxiliar nas dificuldades da pessoa com deficiência intelectual – e neste caso, com especial interesse no público infantil – destaca-se musicalização como potencial aliada no processo de inclusão, pois, de certa forma tem como objetivo a interação entre sujeitos numa prática comum.

Dessa maneira a musicalização pode ser fundamental nesse desenvolvimento da criança com deficiência intelectual, buscando priorizar o seu conhecimento individual e social, convivendo com diferentes pessoas ao seu redor. “A música é uma linguagem expressiva e as canções são vínculos de emoções e sentimentos e podem fazer com que a criança reconheça nelas seu próprio sentir” (ROSA, 1990, p. 19).

O trabalho com a música abre possibilidades para uma educação musical inclusiva que propicie nas crianças portadoras de necessidades especiais o desenvolvimento cognitivo, a formação e equilíbrio da personalidade, mostrando como a musicalização pode facilitar o desenvolvimento das habilidades motoras, da sensibilidade e criatividade musicais, entendendo como a educação musical oportuniza o desenvolvimento cultural do indivíduo. Para Gainza (1988, p.22) ressalta que: “A música e o som, enquanto energia estimula o movimento interno e externo no homem; impulsionam-no ‘a ação e promovem nele uma multiplicidade de condutas de diferentes qualidade e grau”.

É importante que a criança descubra o mundo sonoro, e é através da exploração dos sons, do corpo e dos gestos que isso ocorre. Tendo isso em vista, a criança com deficiência intelectual necessita interagir com o mundo social e para isso a música é um caminho que deve ser seguido desde os primeiros meses de vida.

Assim, a problemática que norteou esse projeto foi: como e quais são as potenciais contribuições do ensino de musicalização para alunos(as) de inclusão com deficiências intelectuais? Cabe considerar que o aluno de inclusão pode requerer estratégias diferenciadas por parte do educador para contribuir de modo mais significativo em sua aprendizagem e desenvolvimento. Dentre tais estratégias, considera-se que a música, uma vez que articular lazer e prazer com aprendizagens variadas com tom menos formal, pode ser de importante valia nesse cenário.

O objetivo geral é investigar as contribuições da musicalização no processo de aprendizagem, desenvolvimento e socialização do aluno de inclusão com deficiência intelectual. Os objetivos específicos são: descrever o ensino da musicalização caracterizando seus elementos e estratégias básicas; discutir o fenômeno da inclusão no cenário nacional contemporâneo, incluindo aspectos históricos, legais, conceituais e práticos; coletar dados de campo a partir de um questionário com educadoras que trabalham a musicalização em contexto de inclusão.

Esse tema justifica-se uma vez que busca contribuir com o debate sobre práticas de ensino associadas ao contexto da inclusão da pessoa com deficiência intelectual, possibilitando refletir sobre a ampliação do leque de estratégias que visam garantir o direito à educação do incluso. Para investigar o objeto de interesse empiricamente, foi realizado um estudo de campo por meio de questionário auto aplicável com educadoras que atuam com a musicalização no contexto da inclusão da criança com deficiência intelectual, com exposição qualitativa de resultados. A seguir, para fundamentar teoricamente o debate, serão apresentados aspectos históricos e conceituais acerca dos temas centrais do artigo, a saber, inclusão, deficiência intelectual e musicalização.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Inclusão: Aspectos Históricos, Conceituais, Práticos e Legais no Brasil Contemporâneo

Os aspectos históricos da educação inclusiva estão voltados para a garantia dos direitos de todos à educação, ou seja, a igualdade e a valorização das diferenças. Depois de muitos anos, as escolas começam a mudar suas perspectivas de ensino, voltadas aos alunos com deficiência, mas isso ocorre depois de muitas lutas. Vejamos aspectos da trajetória histórica brasileira da inclusão.

O Brasil se inspirou com muitas experiências que acontecera no exterior, e com isso, no século XIX, inicia as organizações para pessoas com deficiência visual, intelectual, auditiva e deficiência física. Porém, a preocupação com a educação das pessoas com deficiência começa a ter início apenas no século XX, anteriormente, essas pessoas eram consideradas inválidas e incapazes. Segundo Sasaki, (1997, p.1), “algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas deficientes, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos.”

Surge em 1857 o imperial instituto dos surdos-mudos, criado por Dom Pedro II, com a intenção de atender crianças entre sete e quatorze anos. Após um tempo preocupam-se em ensinar os ofícios para os alunos, tipografia e encadernação para os meninos e tricô para as meninas.

Em meados do século XX, no ano de 1954, surge a APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais), que visava atender as crianças então chamadas excepcionais, àqueles com necessidades especiais e que precisavam de um atendimento especializado.

A educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), pois essa declaração veio com o objetivo enfatizar a inclusão educacional dos alunos com alguma deficiência.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças 7 de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

Desde sempre, a educação inclusiva é entendida como uma educação para crianças com inúmeras deficiências, sejam elas mentais, intelectuais, visuais, auditivas e, também as pessoas superdotadas que entram nesse contexto.

Januzzi (2004 p.34) cita que:

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular a partir de 1950, principalmente, tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização do BR, comumente intitulada de substituição de importações, os espaços possíveis deixados pelas modificações capitalistas mundiais.

Conforme as palavras do autor, o governo não assume totalmente essa educação inclusiva, mas se preocupa de certa forma, para que esses alunos sejam vistos. Conseqüentemente, vão surgindo associações, escolas e hospitais para que aconteça a inclusão desses alunos.

Portanto, é muito importante o reconhecimento histórico das necessidades que os alunos apresentam, pois dessa forma se tornou mais adequado o trabalho. A respeito disso, também, Louro (2013, p. 6) afirma que, quando o assunto é a inclusão de alunos com deficiência, alguns pontos são fundamentais para o professor, como “saber promover adaptações metodológicas, instrumentais e musicais”, ou seja, a educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação.

Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implicando na transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Quando se fala em inclusão, não estamos falando apenas em inclusão das pessoas com deficiências, mas também é necessário citar a inclusão dos negros em nossa sociedade. Em um país onde houve a escravidão, a inclusão racial é um passo muito importante para essas pessoas.

Os estudos sobre relações raciais conduzidos pela escola paulista nos anos 1950 revelaram, entre outras coisas, que havia certa reserva por parte dos brasileiros em discutir o tema do racismo. Era grande o envolvimento com o discurso da democracia racial produzido nos anos 1930, o que levava muitos brasileiros a acreditarem que não havia racismo no Brasil e, por conta disso, não deveria constar na pauta dos problemas nacionais. (ROSA, 2014, p. 242)

Por muitos anos houve uma grande discussão na inclusão da população negra em ambientes onde os brancos frequentavam, inclusive nas universidades, depois que veio as cotas e inserção dos negros em vários âmbitos. Contudo, essa realidade de inclusão veio também das ideias do exterior, incluindo os negros nas empresas e ocupações de empregos.

Pode-se dizer que a educação é um direito de todos, que vem sendo discutida há anos, portanto, a inclusão deve sempre acontecer independente da deficiência, da sua raça e até mesmo de sua cor. Existe um preconceito marcante na sociedade brasileira em relação a tais grupos populacionais, sendo mais forte para as pessoas negras, que acabam criando uma visão racial. Como mostra Pacheco (2011, p. 138):

[...] seja na escravidão, na qual o negro era considerado objeto; seja na pós-abolição, onde, na tentativa de manter a estrutura hierárquica social, foram desenvolvidas outras justificativas para a exclusão do negro nos espaços sociais – de incompetência para o trabalho à tendência à marginalidade, da instabilidade emocional e luxúria ao incômodo de suas características físicas, rejeitadas e estereotipadas negativamente.

Muito embora a inclusão envolva, portanto, um conjunto de grupos historicamente marginalizados ou vulnerabilizados, este estudo se concentrou especificamente na deficiência intelectual, condição melhor descrita na seção a seguir.

2.2 Deficiência Intelectual: Conceitos Gerais

A deficiência intelectual pode ser classificada como (D.I), porém, antes disso, já houve algumas outras maneiras de classificá-la, e, até os dias atuais ocorre certa confusão em relação a deficiência mental (D.M) e a deficiência intelectual. Mas, por meio da declaração de Salamanca e a mudança de nomes de associações influentes, como a American Association of Mental Retardation (AAMR) para American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), o correto a se chamar é “pessoa com deficiência” para qualquer tipo de deficiência e para a D.I é “pessoa com deficiência intelectual”. E, segundo Pan (2008, p.31): “...caso alguém fique paralisado pela dúvida sobre como nomear o “outro”, podemos dizer que já temos um bom começo, pois o melhor mesmo é que o chamemos pelo seu nome”.

Muitas vezes quando o assunto se trata de deficiência intelectual, logo vem na cabeça a respeito da saúde mental, por meio disso existe uma definição médica que se encontra no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, que foi organizado pela (APA) American Psychiatry Association, que traz a seguinte explicação:

Deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) é um transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático. Os três critérios a seguir devem ser preenchidos: a) déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados; b) déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade; c) início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento. (APA, 2014, p. 33).

Portanto, a deficiência intelectual acaba não apresentando algumas características idênticas para todos os sujeitos, mas é definida por graus leve, moderado, grave e profundo, e cada um destes apresenta um nível de apoio necessário para realizar suas atividades diárias. Atualmente, o nível de gravidade é determinado a partir do apoio que a pessoa necessita para a realização de suas habilidades diárias, e não com base unicamente no resultado de avaliações de coeficiente intelectual (APA, 2014).

A D.I normalmente é caracterizada pelo baixo desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento neuropsicomotor, onde a criança possui o QI abaixo do esperado, dessa maneira, causa uma diminuição no raciocínio lógico, causando uma grande dificuldade na aprendizagem. Segundo Fierro (2004, p. 196), “a pessoa com deficiência tem dificuldades especiais em adquirir conhecimentos. Suas dificuldades parecem ter a ver com todos os processos cognitivos e os parâmetros de inteligência”. Dessa maneira, sua inteligência é diferenciada e precisa de métodos para que a criança atinja seus potenciais.

Contudo, é muito importante que a criança com deficiência intelectual tenha acesso à materiais e instrumentos para que seu desenvolvimento seja de forma mais ampla e adaptada. “a criança se equipa e se reequipa ao longo de seu processo evolutivo com os mais diversos instrumentos [...]. Os principais marcos no desenvolvimento é o período no qual não há linguagem e aquele no qual a linguagem aparece” (VIGOTSKI, 2004, p. 100).

Assim, é muito importante que o processo da criança seja cada vez mais evolutivo, caminhando no tempo que cada criança possui.

2.3 Musicalização: Aspectos Históricos, Conceituais e Práticos

A música não é apenas aquela tocada por instrumentos ou na voz, mas a música também envolve elementos como timbre, ritmo, melodia e harmonia. Atualmente a música pode ser ouvida e performada com amplo potencial de divulgação visto a amplitude e variabilidade dos meios de comunicação online, os quais as crianças estão o tempo todo ouvindo e conhecendo. Nesse sentido, é possível perceber o quanto a música faz diferença na vida e na rotina de todos os indivíduos, pois, todos os sons são sinais, ou seja, quando algo liga, desliga, quando a luz se acende ou se apaga, quando o cachorro late, quando há o silêncio – todos representam um estímulo de natureza auditiva que transmite um dados significado ao ouvinte. Para as autoras Hentschke e Del Ben (2003, p. 181),

[...] auxiliar crianças, adolescentes e jovens no processo de apropriação, transmissão e criação de práticas músico-culturais como parte da construção de sua cidadania. O objetivo primeiro da educação musical é facilitar o acesso à multiplicidade de manifestações musicais da nossa cultura, bem como possibilitar a compreensão de manifestações musicais de culturas mais distantes. Além disso, o trabalho com música envolve a construção de identidades culturais de nossas crianças, adolescentes e jovens e o desenvolvimento de habilidades interpessoais. Nesse sentido, é importante que a educação musical escolar, seja ela ministrada pelo professor unidocente ou pelo professor de artes e/ou música, tenha como propósito expandir o universo musical do aluno, isto é, proporcionar-lhe a vivência de manifestações musicais de diversos grupos sociais e culturais e de diferentes gêneros musicais dentro da nossa própria cultura.

E é isso que deve ser importante para o ensino musical, pois a música deve estar inclusa dentro do âmbito escolar e educacional, não apenas para a criança compreender ritmos, sons, instrumentos, mas para aprender melhor as maneiras de expressão, compreender que a musicalização vai além de sons, e sim, está presente em tudo o que existe no mundo. A música também pode ser um auxílio para as crianças e adolescentes na questão da audição, pois a música aguça o ouvido e ajuda o sujeito a ouvir melhor, a compreender um ritmo e uma melodia diferente e com o estudo da música compreenderá os diferentes ritmos, melodias e instrumentos.

O objetivo da educação musical na escola de educação inclusiva não é a profissionalização de músicos ou musicistas. Como ressalta Penna (2015, p. 150), o contexto escolar da educação inclusiva se diferencia do modelo tradicional de ensino de música, de caráter técnico profissionalizante, que ainda marca a formação da maioria dos professores de música.

No que diz respeito ao ensino da música, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 altera, em 2008, obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, que passa a ser conteúdo obrigatório da disciplina de artes. Por esse motivo, com base nos resultados iniciais, que surgiram a partir das observações realizadas, entendemos que incluir um aluno com deficiência intelectual nas aulas de música precisa de planejamento e uma adaptação pedagógica necessária para que a educação seja, de fato, inclusiva.

A música, na educação musical escolar, precisa ser entendida, primeiramente como uma prática social, pois, como afirma Loureiro (2012, p. 114), “nela estão inseridos valores e significados atribuídos aos indivíduos e à sociedade que a constrói e que dela se ocupam”, ou seja, os significados musicais são socialmente construídos e estão relacionados a diversos fatores simbólicos, tais como gostos, preferências e estilos de vida. Sendo a música uma prática social com potencial educacional, cabe discutir a relação entre musicalização e inclusão.

2.4 Musicalização e Inclusão

Diz Karagiannis (1999, p. 21) que “[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural [...]”. No entanto, todos os educadores devem fazer parte da aprendizagem do aluno incluso, pois ele tem todo o direito de aprender como qualquer outro aluno. Incluir a música na vida desses alunos pode ser uma prática muito interessante, pois os ajudará na expressão, cognição e até mesmo lidar com seus sentimentos, falas e comunicação.

Para um aluno inclusivo é sempre necessário métodos diferentes para a sua aprendizagem, por isso a musicalização pode estar ligada ao conhecimento do aluno, ajudando-o sempre em seu desenvolvimento motor e cognitivo, pois instrumentos percussivos podem ajudar a criança a aprender batidas e ritmos diversos, assim, movimentando suas mãos, pés e braços para realizar os movimentos musicais.

A música pode introduzir no espírito do ser humano o sentido de ritmo e harmonia, pois uma pessoa corretamente educada na música, pelo fato de assimilá-la espiritualmente [...] de satisfação pelo belo e de repugnância pelo feio. Além disso, a educação musical é vista como pré-requisito ao conhecimento filosófico [...]. Por isso ele reconhece a primazia da música sobre as outras artes [...] são o ritmo e a harmonia os que mais fundo penetram no íntimo da alma [...]. (LOUREIRO apud PLATÃO, 2003, p. 35).

A música na vida de um aluno de inclusão pode representar contribuições diversificadas, por exemplo: pode ajudar em sua expressividade como um todo, pois algumas deficiências impedem a criança de usar a sua comunicação de forma completa. Portanto, compreendendo o som, a criança conseguirá receber tais informações de forma mais clara e objetiva, como um som de carro, um som de apito, de canções, de instrumentos e de qualquer outro objeto ou lugar que transmite som.

A música sempre esteve associada às tradições e às culturas de cada época[...] Qualquer proposta de ensino que considere essa diversidade precisa abrir espaço para alunos trazer música para a sala de aula, acolhendo-a, contextualizando-a e oferecendo acesso a obras que possam ser significativas para o seu desenvolvimento pessoal em atividades de apreciação e produção. (BRASIL 2001 p.75).

Entende-se assim, a relevância de unir a música com a inclusão a fim de ressignificar as potencialidades do aluno, contribuindo na sua formação pessoal, ou seja, a musicalização é um fator relevante no que tange ao processo de aprendizagem e autonomia intelectual, mantendo um laço prazeroso entre a prática pedagógica, o desenvolvimento cognitivo e a socialização das crianças. Ademais, sendo uma prática social alinhada à cultura, pode representar uma atividade coletiva e cooperativa com vistas à integração de diferentes grupos populacionais no espaço escolar.

3 Metodologia

Essa pesquisa tem a finalidade de compreender qual a importância que as aulas de musicalização trazem para os alunos de inclusão. Tendo em vista como pode ser desenvolvido o trabalho de musicalização para os mesmos e descobrir quais as contribuições que a música traz para eles.

A pesquisa se caracteriza como um estudo exploratório que tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito. Para Gil (2008), a pesquisa

exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, podendo envolver elementos bibliográficos, entrevistas com pessoas experientes na pesquisa realizada.

A abordagem da pesquisa será qualitativa pois, segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Segundo os autores citados acima, é com a pesquisa qualitativa que os sujeitos de pesquisa se sentem mais livres para se expressar sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo (neste caso musicalização). Em uma pesquisa qualitativa as respostas não são objetivas, e o propósito não é contabilizar quantidades como resultado, mas sim conseguir compreender o comportamento de determinado grupo.

A pesquisa foi realizada em colégios que possuem aulas de musicalização, onde alunos inclusos participam. A partir disso, desenvolveu-se um estudo de campo, onde foi aplicado um questionário fechado para a professora de musicalização sobre a realização das aulas e, a partir disso um levantamento de dados para posterior a análise. Com isso, foram entrevistas quatro professoras de instituições diferentes, onde foi elaborado um questionário com cinco questões a respeito de aulas de musicalização na inclusão, o questionário foi criado via word e enviado através do e-mail para cada professora.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONSALVES, 2001, p.67).

A coleta desses dados foi de suma importância para o encaminhamento do presente projeto, pois a partir desses dados que foi possível compreender de fato, como ocorre as aulas de musicalização na prática de inclusão.

4 Resultados e Discussões

É visto o quanto a musicalização se tornou uma aprendizagem importante para as crianças de todas as idades, mas infelizmente não são em todas as escolas e instituições que a música está presente. A música traz cultura, expressão de sentimentos e, ajuda a criança a se desenvolver de uma forma constante e transmissível. Para as autoras Hentschke e Del Ben (2003, p. 181),

A educação musical escolar não visa à formação do músico profissional. Objetiva, entre outras coisas, auxiliar crianças, adolescentes e jovens no processo de apropriação, transmissão e criação de práticas músico-culturais como parte da construção da cidadania.

E é isso que a música tem como objetivo, visar o crescimento e desenvolvimento da criança, através de sons, músicas, melodias e tudo isso é possível com o auxílio do professor. Com isso, foi realizado um questionário em quatro instituições diferentes, onde é trabalhado a musicalização com as crianças inclusas, em vista disso, foi enviado um questionário de modo online para as professoras responsáveis por esse projeto, onde as entrevistadas serem citadas como “professoras A, B, C e D”.

O primeiro questionamento foi referente à formação e tempo de atuação na área. As respostas obtidas foram as seguintes:

Professora A: *“Pedagogia com pós-graduação musicalização infantil. Já atuou no campo no passado, e se encontra na rede privada de ensino exercendo atividades de musicalização desde o ano 1996.”*

Professora B: *“Curso Técnico: Magistério; Curso de Teclado e Órgão Eletrônico; Licenciatura em Letras-Português Espanhol; Especialização em Língua Portuguesa e Literatura; Especialização em Educação Musical e Musicalização; Especialização em Musicoterapia à concluir. Atuação na área de música desde 2007.”*

Professora C: *“Licenciatura em pedagogia com pós-graduação em musicalização infantil, no momento realizando cursos de aperfeiçoamento musical. Atua a na área desde 2002.”*

Professora D: *“Licenciatura em pedagogia com pós-graduação em musicalização e Línguas Estrangeiras. Realizo o trabalho na área a 29 anos. Atua na área desde 1992.”*

Destaca-se que as professoras entrevistadas são formadas em licenciatura, três em pedagogia e uma em letras, ao decorrer de suas vidas profissionais se encontraram com a musicalização, com que trabalham até o momento.

O segundo questionamento foi referente a como o trabalho com a musicalização com alunos inclusivos é desenvolvido, sendo obtidas as seguintes respostas:

Professora A: *“Desde que comecei a trabalhar eu tenho em mente que a inclusão deve proporcionar ao aluno interagir de forma igual entre todos os alunos. Meus planejamentos são feitos de uma forma única dentro da faixa etária, procurando fazer com ele interaja e se sinta incluído na atividade que está sendo realizada. Dependendo da atividade uma ou outra adaptação física acaba tendo que ser feita.”*

Professora B: *“Sempre utilizo nas minhas aulas recursos lúdicos, sensoriais, cognitivos, com cores, instrumentos de percussão, instrumentos alternativos, músicas novas. É necessário observar que cada aluno incluso tem a audição muitas vezes aguçada; esse aluno pode ter sensibilidade para os sons de acordo com a intensidade, ritmos, propriedades/ andamento e afins. Acredito que é necessário ter esse olhar atento para a percepção sonora do educando, colocar-se no lugar do aluno, bem como para despertar a atenção e o desenvolvimento sensorial, motor, cognitivo no decorrer da musicalização.”*

Professora C: *“Bom, costumo desenvolver o meu trabalho de forma clara e divertida, sinto que os alunos inclusivos se sentem mais a vontade quando as aulas de música são elaboradas com instrumentos confeccionados por eles juntamente com a professora de artes, quando trabalho somente com um instrumento musical se sentem cansados e acabam não participando, e com algo concreto em mãos o trabalho se encaminha de forma mais fácil para esses alunos, no momento tenho somente dois alunos inclusos, mas é como se não possuíssem nenhuma deficiência, digo que é um trabalho de muita responsabilidade mas que e no fim é gratificante ver o desenvolvimento deles com a música.”*

Professora D: *“Meu trabalho é desenvolvido da forma mais aberta possível, busco atrair os alunos inclusivos a participarem das aulas de musicalização, se encontramos apenas uma vez por semana, um tempo curto para a realização desse trabalho.”*

É muito importante que haja essa igualdade entre todos os alunos, pois todos são iguais e dentro do contexto escolar é necessário mostrar isso para os próprios educandos, e, é isso que a “professora A” vem trazer, a importância da interação da igualdade entre todos. A “professora B” e a “professora C” comentam sobre as atividades lúdicas, confecção de

materiais e instrumentos, recursos sensoriais e cognitivos, pois os alunos gostam muito de atividades onde ele é o autor, onde ele pode tocar, conhecer, ouvir, criar, inclusive os alunos que possuem alguma deficiência, pois muitas vezes a audição dos mesmos é muito aguçada e pode-se aproveitar muito da música e de seus aspectos. Para Cunha (2011, p.56) “a música não é abstrata, nem é pura descarga de emoções; ela é um objeto de conhecimento palpável que deve ser descoberto pelas crianças a partir de seu fazer musical”. Com isso, as professoras afirmam, que o trabalho desenvolvido com a música precisa ser aberto e de maneira lúdica, para melhor aprimoramento dos alunos. Na metodologia Kodály “... uma sensibilização e vivência musical sistematizada sempre precedem o processo de alfabetização e aprendizagem musical.” (SILVA, 2011, p. 57).

O terceiro questionamento respondido foi sobre acreditar se há ou não propostas na musicalização para crianças inclusas e obtemos as seguintes respostas:

Professora A: *“Acredito que toda atividade pode ser adaptada, existem sim várias propostas.”*

Professora B: *“Acredito que existem muitas propostas, e a maioria delas embasadas na neurociência.”*

Professora C: *“Acredito sim, e tem muitas maneiras e formas disso acontecer.”*

Professora D: *“Sim, há muitas possibilidades de propostas no ensino musical.”*

As quatro professoras afirmam que há muitas propostas de musicalização para os alunos inclusos, pois se há vontade de adaptar, é possível realizar. Porém é importante observar que apareceu o elemento da necessidade de adaptação, ou seja, as atividades necessitam ser planejadas e adaptadas a cada caso em específico.

O quarto questionamento realizado foi se para elas, o trabalho com a musicalização ajuda no desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos inclusos e de que forma, ao que foram obtidas as seguintes respostas:

Professora A: *“A música é extremamente importante para o desenvolvimento psicomotor de toda criança. Ela é considerada uma linguagem universal e por isso pode ser considerada um dos instrumentos mais importantes para o processo ensino aprendizagem. O aluno, com qualquer tipo de dificuldade, quando estão em uma aula de musicalização se sentem acolhidos.”*

Professora B: *“Com toda certeza! E existem muitas pesquisas embasadas na neurociência que afirmam esse posicionamento. O desenvolvimento, a acolhida da música, a apresentação da musicalidade de cada um é muito gratificante.”*

Professora C: *“Ajuda muito, não somente dos alunos inclusos mas sim toda a turma em si.”*

Professora D: *“Sim, há muitas possibilidades de propostas no ensino musical, e com alunos de inclusão muito mais.”*

Com isso, é possível perceber que as professoras acreditam que a musicalização é um grande recurso no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos inclusos, assim, como de toda a turma, pois segundo as educadoras, a musicalização é muito importante para o desenvolvimento psicomotor dos alunos e auxilia no processo de ensino e aprendizagem.

A aprendizagem musical deve ser considerada do ponto de vista da criança, propondo a compreensão da linguagem musical a partir da reconstrução que ela realiza. Nesse sentido, a aprendizagem é assegurada pela estruturação cognitiva das

hipóteses espontâneas que a criança constrói quando elabora seu conhecimento musical. Pensando assim, resgatamos o papel da criança como construtora de conhecimento e autora de seu próprio discurso, do professor como interventor no processo educativo e da escola como lugar deste acontecer lúdico, medido pelo ser afetivo e social que é a criança. (CUNHA, 2011 p. 62)

Dessa maneira, a aprendizagem musical é importante que aconteça a partir da construção feita pelo aluno. E quando a professora adapta essas aulas, é possível que o aluno compreenda da maneira dele e o realize.

O ultimo questionamento realizado foi se nesse tempo em que atuam na area já presenciaram alunos que nao interegiam com a música e o que pode ser feito quando isso ocorre, a partir disso foram coletados as seguintes informações:

Professora A: “Sim já tive vários. Eu deixo o aluno bem a vontade, não gosto de forçar a participação. A música ela é algo atrativo. Em um primeiro momento a criança pode não se sentir a vontade ou tenha vergonha de participar, de interagir, mas percebo que aos poucos a interação ocorre de forma gradativa, porém desde o primeiro momento é feito o convite para a participação nunca deixando ela se sentir esquecida. Ao fim da aula quando não ocorre a participação tento me aproximar e deixar aquela expectativa de que na próxima aula teremos momentos especiais que gostaria de contar com a participação dela. E essa interação mesmo gradativa chega um momento que a participação se torna voluntária.”

Professora B: “Sim. Realizo a aproximação com algo lúdico, que desperte o interesse, a atenção pelas cores, sons, linguagem, instrumentos convencionais e não convencionais, imagens, sonoplastia de games, desenhos... Até hoje obtive bons relatos no interesse pela música no decorrer das aulas. Acredito que é um processo da musicalidade de cada um, que passa refletir no ambiente escolar e familiar.”

Professora C: “Sim tive muito, inclusive quando realizava o trabalho da APAE, não costumo forçar o aluno a participar da aula, pois acredito que precisam se sentir atraídos pela música, muitas vezes sentem vergonha de estar interagindo com os outros colegas, mas tudo ocorre no tempo de cada um. Quando isso ocorre eu costumo deixar o aluno se sentir atraído, junto com todos da sala, quando ele realmente estiver pronto para participar ele se solta aos poucos, forçar a participar muitas vezes não é legal, pois se sentem desconfortáveis ao momento.”

Professora D: “Tive muitos inclusive, é raro acontecer mas quando menos esperamos acontece. Quando isso ocorre, busco novos recursos para ter a atenção do suposto aluno e mostrar a ele o prazer que a música proporciona.”

Com isso, pudemos compreender que as quatro professoras já passaram por esses episódios e como elas responderam, é preciso ter paciência e respeitar o tempo de cada aluno, é um processo de cada um e aos poucos vão entendendo e interagindo ou não. Com isso, fica claro o posicionamento de cada professora a respeito de como fazem para que o aluno participe das aulas de musicalização, como citado acima, muitas vezes é raro de acontecer algo assim, mas quando acontece é preciso buscar maneiras para que o aluno se sinta pronto para participar das aulas de musicalização.

Por meio disso, é preciso muitas vezes buscar trabalhar com o lúdico, para que a criança com deficiência interaja de maneira prazerosa, fazer o aluno sentir o gosto pela aula e querer participar.

A educação lúdica contribui e influencia na formação da criança, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integrando-se ao mais alto espírito democrático enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a

interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio (ALMEIDA, 2008, p. 41).

O lúdico é muito importante para o desenvolvimento da criança, pois auxilia na aprendizagem e no conhecimento, ou seja, dá um suporte para que seja desenvolvido junto da criança a criatividade e até mesmo a interação social, fazendo com que a criança aprenda com mais facilidade o que está sendo trabalhado durante a aula.

5 Considerações Finais

Essa pesquisa teve como tema principal a musicalização para alunos (as) com deficiência intelectual, onde objetivou à investigação do processo educacional desses alunos, no contexto de musicalização, conseguimos compreender a necessidade da aprendizagem, desenvolvimento e socialização dos alunos com Deficiência Intelectual. Sendo necessário, que ocorra de maneira ampla o desenvolvimento das aulas, para que assim haja participação de ambos os alunos, possibilitando então que as contribuições da musicalização para os alunos com D.I torne-se possível.

De modo geral, pode-se perceber que a musicalização é uma possibilidade factível e interessante para inclusão e estimulação para alunos e alunas com deficiência intelectual, pois envolve uma estimulação que articula o cognitivo, o social e o afetivo. Dessa maneira é possível concluir que as contribuições do ensino de musicalização tem um papel de potencialidade a ser ainda mais explorado no ensino e aprendizagem da criança com D.I, visto que a criança inclusa necessita de aulas adaptadas, para que ela se sinta atraída dentro do âmbito escolar nas aulas de música.

Com isso, através das aulas de musicalização, é de extrema importância que o aluno inclusivo sinta-se atraído para realizar as atividades e para que isso seja possível é necessário que o educador planeje suas aulas, de maneira que o mesmo não se sinta excluído, promovendo uma interação significativa e de fato inclusiva entre os alunos. É relevante que nesses planejamentos haja instrumentos e materiais lúdicos, pois a criança com D.I se beneficia desse contato sensório-motor.

Percebemos que por meio da pesquisa realizada, pudemos discutir e conhecer mais a fundo sobre o verdadeiro cenário da inclusão dentro do ambiente escolar e abrangendo os aspectos históricos da inclusão em nosso país. Com base em dados levantados, descobrimos que ainda há rejeição desses alunos dentro da nossa sociedade, porém cabe as instituições acolherem os mesmos independentemente de como eles sejam.

Por fim, foi de suma importância a participação das professoras de musicalização dentro da nossa pesquisa, onde os dados coletados apontaram que o ensino da música dentro da escola é muito importante, por isso, a utilização de novos recursos faz com que seja desenvolvido algo prazeroso além de, auxiliar na aprendizagem e em outros aspectos na vida da criança. Foi isso que as quatro educadoras trouxeram em todas as questões, a importância de criar instrumentos de materiais lúdicos, fazendo com que a criança sinta-se atraída e buscando vários recursos para aquelas crianças que possuem alguma deficiência.

Com base nisso, conseguimos perceber o quão incrível é realizar esse trabalho de maneira lúdica e prazerosa, tirando o aluno da sua rotina escolar para um momento de lazer, ou seja, deixá-lo conhecer um novo mundo cheio de fantasias onde ele pode ser o autor de seu desempenho.

Referências

ALMEIDA, PAULO NUNES DE. **EDUCAÇÃO LÚDICA: TÉCNICAS E JOGOS PEDAGÓGICOS**. São Paulo, sp: loyola, 2008.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS**. dsm-5. Porto Alegre: artmed. 2013.

BARTH, FREDRIK. **O GURU, O INICIADOR E OUTRAS VARIAÇÕES ANTROPOLÓGICAS**. Rio de Janeiro: contra capa livraria, 2000.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNS). ARTES. ENSINO FUNDAMENTAL**. Brasília MEC/SEF, 2001.

CUNHA, SUZANA RANGEL VEIGA DA (ORG). **COR, SOM E MOVIMENTO: A EXPRESSÃO PLÁSTICA, MUSICAL E DRAMÁTICA NO COTIDIANO DA CRIANÇA**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **SOBRE PRINCÍPIOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**. Salamanca – Espanha, 1994.

DENZIN, N. K. E LINCOLN, Y. S. **INTRODUÇÃO: A DISCIPLINA E A PRÁTICA DA PESQUISA QUALITATIVA**. IN: DENZIN, N. K. E LINCOLN, Y. S. (ORGS.). **O PLANEJAMENTO DA PESQUISA QUALITATIVA: TEORIAS E ABORDAGENS**. 2. ED. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FIERRO, A. **OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL**. IN: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO E EDUCAÇÃO: TRANSTORNOS DE DESENVOLVIMENTO E NECESSIDADES ESPECIAIS**. 2.ED. Porto Alegre: ARTMED, 2004.p.192-214.

GAINZA, V. H. DE. **ESTUDOS DE PSICOPEDAGOGIA MUSICAL. TRADUÇÃO DE BEATRIS A. CANNABRAVA**. 2.ED. São Paulo: Summus,1988.vol.31.

GIL, ANTONIO CARLOS. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA**. 4. ED. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA**. Campinas, SP> Alinea, 2001.

HENTSCHKE, LIANE; DEL BEN, LUCIANA. **AULA DE MÚSICA: DO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO À PRÁTICA EDUCATIVA**. São Paulo: Moderna, 2003

HONORA M. & FRIZANCO M. L., **ESCLARECENDO AS DEFICIÊNCIAS: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS PARA CONTRIBUIR COM UMA SOCIEDADE INCLUSIVA**. Ciranda Cultural, 2008.

JANUZZI, GILBERTA DE MARTINHO. **A EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS AO INÍCIO DO SÉCULO XXI**. Campinas. Autores

Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

KARAGIANNIS, A; STAINBACK, W; STAINBACK, S. FUNDAMENTOS DO ENSINO INCLUSIVO. IN: STAINBACK, W ; STAINBACK, S (ORG). INCLUSÃO UM GUIA PARA EDUCADORES. Porto Alegre, Artmed, 1999. p. 21-31.

LOUREIRO, A. M. A. O ENSINO DE MÚSICA NA ESCOLA FUNDAMENTAL. 8. ED. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LOUREIRO, ALICIA MARIA ALMEIDA. O ENSINO DE MÚSICA NA ESCOLA FUNDAMENTAL/ ALICIA MARIA ALMEIDA LOUREIRO.- Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.- (Coleção Papirus Educação).

LOURO, VIVIANE. EDUCAÇÃO MUSICAL E DEFICIÊNCIA: QUEBRANDO OS PRECONCEITOS. 2013.

PACHECO, L. C. RACISMO CORDIAL - MANIFESTAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL À BRASILEIRA - O DOMÍNIO PÚBLICO E O PRIVADO. Revista De Psicologia, v. 2, n. 1, 137-144, 2011.

PAN M., O DIREITO A DIFERENÇA. Curitiba: IBPEX, 2008.

PENNA, M. MÚSICA(S) E SEU ENSINO. 2. ED. REV. E AMPL. Porto Alegre: Sulina, 2015.

ROSA, NEREIDE S. SANTANA. EDUCAÇÃO MUSICAL PARA PRÉ-ESCOLA. São Paulo: Ática, 1990.

ROSA, ALEXANDRE REIS. RELAÇÕES RACIAIS E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL. RAC, Rio de Janeiro, v. 18, 2014.

SASSAKI R. S., Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. São Paulo: Prodef, 1997.

SILVA, WALÊNIA MARÍLIA. ZOLTÁN KODÁLY: ALFABETIZAÇÃO E HABILIDADES MUSICAIS. IN: MATEIRO, TERESA; ILARI, BEATRIZ (ORG). PEDAGOGIAS EM EDUCAÇÃO MUSICAL. Curitiba: IBPEX, 2011, p. 55 – 87.

VIGOTSKI, L. S. TEORIA E MÉTODO EM PSICOLOGIA. São Paulo: Martins Fontes, 2004.